

AS REGIONALIZAÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) E A HIERARQUIA DAS CIDADES DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Darlan Fabiane

Doutorando em Geografia - UNIOESTE

E-mail: darlanfabiane@gmail.com

RESUMO

A história das propostas de divisão regional do país é longa, mas a partir da década de 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se torna a principal referência nos estudos regionais. Neste sentido, o objetivo geral do artigo consistiu em buscar um entendimento da relação entre a modernização/urbanização do país e a sequência de propostas apresentadas pelo instituto. A metodologia consistiu basicamente em revisão e síntese de dados e informações disponíveis em textos, mapas, base tabular e base vetorial do IBGE. Em linhas gerais, o texto procura demonstrar que a evolução das regionalizações, de zonas fisiográficas para regiões homogêneas e, mais recentemente, para regiões geográficas, teve por base, respectivamente, o elemento natural, a produção de mercadorias e a centralização de bens e serviços. A porção final do artigo também traz considerações sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) e o fenômeno urbano na Região Sul do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Divisão Regional; Urbanização; Hierarquia Urbana; Região Sul.

THE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)'S REGIONALIZATION AND THE HIERARCHY OF CITIES IN THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL

46

ABSTRACT

The history of proposals for the regional division of the country is long, but from the 1940s onwards, the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) has become the main reference in regional studies. In this sense, the general objective of the article was to seek the understanding of the relationship between the modernization/urbanization of the country and the sequence of proposals presented by the institute. The methodology consisted of reviewing and synthesizing data and information available in texts, maps, tabular and vector databases from IBGE. In general terms, this article aims to demonstrate that the evolution of regionalization, from physiographic zones to homogeneous regions and, more recently, to geographic regions, was based, respectively, on the natural element, the production of goods and the centralization of goods and services. The final part of the article also brings considerations about the Region of City Influence (REGIC) and the urban phenomenon in the Southern Region of Brazil.

KEYWORDS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Regional Division; Urbanization; Urban Hierarchy; Southern Region.

INTRODUÇÃO

A configuração territorial do Brasil passou por várias alterações. Inicialmente, as alterações ocorreram em função das disputas entre Portugal e Espanha e do avanço para oeste por parte dos portugueses e, mais recentemente, após a consolidação das fronteiras com os espanhóis, ocorreram no sentido de encontrar a melhor forma de representar, estudar e entender as diversidades do país.

As propostas de regionalização interna foram várias, mas a partir da década de 1940, as regionalizações feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem sido as mais adotadas, sobretudo nos projetos e estudos que perpassam as unidades da federação¹.

Neste sentido, o objetivo do artigo consistiu em fazer um levantamento das principais propostas de divisão territorial do Brasil elaboradas pelo IBGE, buscando entender a relação entre as mudanças ocorridas no território brasileiro, sobretudo no que tange ao processo de urbanização recente, e a necessidade de se produzir nova regionalização para subsidiar análises estatísticas e estabelecer diretrizes de planejamento e desenvolvimento regional.

O texto é uma revisão de literatura que toma por base as publicações do IBGE, disponíveis para “download” em forma de textos, mapas, bases tabulares e bases para Sistema de Informação Geográfica (SIG). A produção do artigo se deu a partir dos materiais disponíveis no “site” do IBGE e de algumas sistematizações feitas por pesquisadores interessados em discutir as divisões regionais do Brasil.

Na sequência, são apresentados dois projetos ou modelos gerais de regionalização: o primeiro vem sendo usado há mais tempo e divide o território nacional em frações pequenas e médias que não ultrapassam os limites das unidades da federação²; já o segundo modelo foi apresentado pela primeira vez no início da década de 1970 e trata do fenômeno urbano, hierarquizando os centros urbanos dentro do país como um todo.

Como o IBGE é um órgão de Estado, faz seus estudos a partir de uma perspectiva que é tipicamente estatal. Tal perspectiva é definida por Souza (2018, p. 148) como sendo “típica do aparelho de Estado”, algo que também é característica marcante das “profissões espaciais” e pode ser também chamada de “visão de sobrevoo”, “visão à distância” ou “visão do alto”. Sendo assim, o artigo traz uma visão geral dos estudos regionais, sem se ater a pequenos detalhes ou fazer grandes aprofundamentos do tema.

¹ Dentro das unidades da federação ainda existem regionalizações mais pontuais.

² Desconsideram-se as cinco macrorregiões: Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, pois estas sempre representaram grupos de unidades da federação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia envolveu leitura, análise e síntese de dados e informações disponíveis em textos, mapas e base de dados. Em um primeiro momento se fez um levantamento histórico das principais propostas de regionalização do território brasileiro que foram apresentadas desde o final do século XIX, evidenciando as produções do IBGE iniciadas na década de 1940.

Na evolução das divisões regionais do IBGE se procurou identificar a lógica envolvida nas mudanças que foram ocorrendo, enfatizando a Região Sul do Brasil e suas principais cidades, sobretudo neste início de século XXI, principalmente a partir de textos e base de dados. As divisões regionais do Brasil efetuadas pelo IBGE, apresentadas e discutidas neste texto, estão relacionadas no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 – Divisões regionais do Brasil efetuadas pelo IBGE

Regionalizações do IBGE - Ano de publicação	
Modelo I <ul style="list-style-type: none">• Zonas Fisiográficas - 1942• Microrregiões Homogêneas - 1970• Mesorregiões Homogêneas - 1977• Mesorregiões e Microrregiões Geográficas - 1990• Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias - 2017	Modelo II <ul style="list-style-type: none">• Regiões Funcionais Urbanas - 1972• Regiões de Influência das Cidades - 1987• Regiões de Influência das Cidades - 2000• Regiões de Influência das Cidades - 2008• Regiões de Influência das Cidades - 2020

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Da base de dados do IBGE, referente aos estudos de “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017” e de “Regiões de Influência das Cidades 2018”, foram obtidos dados de base tabular e de base vetorial³. Os dados obtidos foram filtrados, analisados e representados com uso dos softwares Microsoft Excel® e QGIS®.

ZONAS FISIAGRÁFICAS, REGIÕES HOMOGÊNEAS E REGIÕES GEOGRÁFICAS

Durante o período que vai do final do século XIX ao início do século XX, várias propostas de regionalização do Brasil foram apresentadas. Nestas propostas, a divisão do país teve como critério predominante o conceito de região natural. De acordo com Rocha e Oliveira (2011):

Essa regionalização foi ora caracterizada por um conjunto de fenômenos correlacionados, dotando de unidade a região, ora por um único fenômeno, ou seja, o mais significativo, entorno do qual todos os demais se agrupavam, fornecendo à região um cunho particular. (ROCHA e OLIVEIRA, 2011, p. 16).

³ Os endereços eletrônicos das bases tabulares e vetoriais estão em IBGE (2017b) e IBGE (2020b).

A investigação feita por Rocha e Oliveira (2011) apontou como principais propostas de divisão regional⁴ apresentadas de 1889 a 1937, as feitas por André Rebouças, Élisée Reclus, Said Ali, Delgado de Carvalho, Pe. Geraldo Pauwels, Pierre Denis e Betim Pais Leme (Quadro 2).

Quadro 2 – Principais regionalizações do Brasil (1889-1937)

Autor (Ano)	Critério – Nº de divisões	Regiões
André Rebouças (1889)	Zonas Agrícolas - 10	Amazônica, do Parnaíba, do Ceará, do Paraíba do Norte, do São Francisco, do Paraíba do Sul, do Paraná, do Uruguai, Auro-Ferrífera, Central.
Élisée Reclus (1893)	Elementos Naturais - 8	Amazônica, Vertente do Tocantins, Costa Equatorial, São Francisco e Vertente Oriental dos Planaltos, Bacia do Paraíba, Vertente do Paraná e Contravertente Oceânica, Vertente do Uruguai e Litoral Adjacente, Mato Grosso.
Said Ali (1905)	Econômico - 5	Setentrional, Norte-Oriental, Oriental, Meridional, Central.
Delgado de Carvalho* (1913)	Elementos Naturais e Humanos - 5	Setentrional, Norte-Oriental, Oriental, Meridional, Central.
Pe. Geraldo Pauwels (1926)	Elementos Naturais - 6	Amazônica, das Caatingas, Planalto Meridional, Litoral, Uruguaio-Brasileira, Alto Paraguai.
Pierre Denis (1927)	Elementos Naturais - 6	Amazônica, Nordeste, Oriental, Meridional, Central, Costa Atlântica.
Betim Pais Leme (1937)	Elementos Naturais - 7	De Sedimentação, Intermediária (MA e PI), Estabilizada por Peneplanização, Intermediária (SE e BA), de Reajustamento Isostático, Estabilizada, de Erosão.

Fonte: Adaptado de Rocha e Oliveira (2011). * Difere de Said Ali apenas pela localização do estado de São Paulo.

No entender de Delgado de Carvalho, o elemento natural poderia explicar o elemento humano e, assim, as regiões naturais poderiam incluir aspectos históricos, culturais, econômicos, dentre outros, o que acabou fazendo com que esta regionalização fosse adotada no ensino de geografia e nos órgãos oficiais do Estado. (ROCHA; OLIVEIRA, 2011). A região natural foi definida por Carvalho (2009) como:

[...] uma área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas figurando influências fisiográficas diferentes: relevo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se, assim, uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem. (CARVALHO, 2009, p. 224).

⁴ Mais informações sobre propostas de regionalização do território brasileiro podem ser encontradas em Guimarães (1942).

Partindo da regionalização do território brasileiro feita por Delgado de Carvalho, tomando por base o critério das regiões naturais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produziu sua primeira regionalização na década de 1940⁵.

Para Guimarães (1942), a região natural contempla dois princípios importantes para os estudos geográficos:

[...] o princípio da extensão, que serve de base ao estudo da distribuição dos fenômenos pela superfície terrestre, respondendo às perguntas ‘onde’ e ‘até onde’, aliado ao princípio da conexão, do qual resulta o estudo das interrelações existentes entre os fenômenos que ocorrem no mesmo local. (GUIMARÃES, 1942, p. 9).

De acordo com Andrade (1977), o método geográfico é orientado por 5 princípios: extensão, analogia, causalidade, conexão e atividade. Os três primeiros princípios teriam sido enunciados, respectivamente, por Ratzel, Ritter e Humboldt, e os dois últimos por Brunhes. Guimarães (1942) estaria se referindo ao princípio da extensão, proposto por Ratzel, e ao princípio da conexão, proposto por Brunhes.

Baseada no conceito de região natural, a primeira regionalização oficial consistia de cinco grandes regiões, 30 regiões, 79 sub-regiões e 228 zonas fisiográficas. (MAGNAGO, 1995). Segundo Almeida e Rigolin (2007), o critério da região natural prevaleceu nas divisões regionais do Brasil produzidas pelo instituto até 1969, quando o IBGE adota um novo critério: a região homogênea. Para o IBGE (1970), a nova regionalização se tornou necessária em função do crescimento da população, da expansão urbana, da industrialização e da expansão da malha rodoviária. Com a adoção do novo critério:

1) – ficou reafirmado o conceito de espaço homogêneo definido como forma de organização da produção; 2) – o país foi dividido em 361 unidades homogêneas que passaram a ser denominadas *Micro-Regiões Homogêneas*, sendo 28 na Região Norte, 30 na Região Centro-Oeste, 128 na Região Nordeste, 111 na Região Sudeste e 64 na Região Sul; 3) – a finalidade dessa divisão regional é servir de base para a tabulação dos dados estatísticos, em substituição às antigas Zonas Fisiográficas. (IBGE, 1970, fl. 8).

No ano de 1976, o IBGE apresenta outra divisão regional chamada de “Mesorregiões Homogêneas”⁶. As mesorregiões consistiam em um espaço de tamanho intermediário entre as microrregiões e as macrorregiões (ou grandes regiões) em que estava dividido o território brasileiro. Assim o país teria cinco grandes regiões, 87 mesorregiões homogêneas e 361 microrregiões homogêneas. (MAGNAGO, 1995).

⁵ O IBGE chamou de “Zonas Fisiográficas”.

⁶ IBGE. Sinopse Estatística do Brasil 1977. **Sinopse Estatística do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-628, 1977.

A partir de 1990, o IBGE adota nova divisão regional onde o número de microrregiões passa para 558 e o número de mesorregiões para 137 unidades. As unidades deixam de ser chamadas de homogêneas e passam a ser chamadas de geográficas. (MAGNAGO, 1995). De acordo com o texto publicado pelo IBGE (1990), as mesorregiões são condicionadas pelo natural e determinadas pelo social:

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. (IBGE, 1990, p. 8).

Já as microrregiões estão dentro das mesorregiões e definem-se por especificidades relativas à produção agropecuária, à produção industrial e ao extrativismo mineral ou de pesca, englobando uma estrutura de produção, troca, circulação e consumo de produtos do meio rural e urbano, em nível local ou microrregional. (IBGE, 1990).

De acordo com o texto do IBGE (2017a), as regiões homogêneas foram criadas em um momento em que se priorizava a centralização do poder. Com a Constituição Federal de 1988 houve certa descentralização do poder para as unidades da federação, o que demandou uma nova divisão regional, algo para além da atualização relativa ao número de estados e municípios do país. Outro aspecto levado em consideração foi a mudança no modelo de produção agrícola do Brasil, substituindo a criação bovina extensiva por um modelo de produção intensiva direcionada aos mercados internacionais.

Em 2017, a nova atualização da regionalização do território brasileiro, feita pelo IBGE, divide o país em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Esta divisão dá maior ênfase aos centros urbanos, uma vez que a região geográfica imediata tem por base um centro urbano que serve de referência para as necessidades básicas ou mais imediatas da população e a região geográfica intermediária caracteriza-se por fluxos de gestão e funções urbanas mais complexas. Por definição:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

[...]

As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. (IBGE, 2017a, fl. 20).

Em linhas gerais, a região geográfica recebeu o nome do polo de maior hierarquia urbana, uma vez que a regionalização foi “[...] baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados”, sendo definidas 509 regiões geográficas imediatas e 133 regiões geográficas intermediárias. (IBGE, 2017a, fl. 20)⁷. Para o IBGE (2017a), essa nova divisão regional vem no sentido de contemplar as mudanças ocorridas no território nacional desde a publicação da década de 1990. Tais mudanças incluem o aspecto socioeconômico e o aspecto político-administrativo, além dos aspectos ligados à globalização, com modificação/criação das redes de circulação de pessoas, mercadorias e informação.

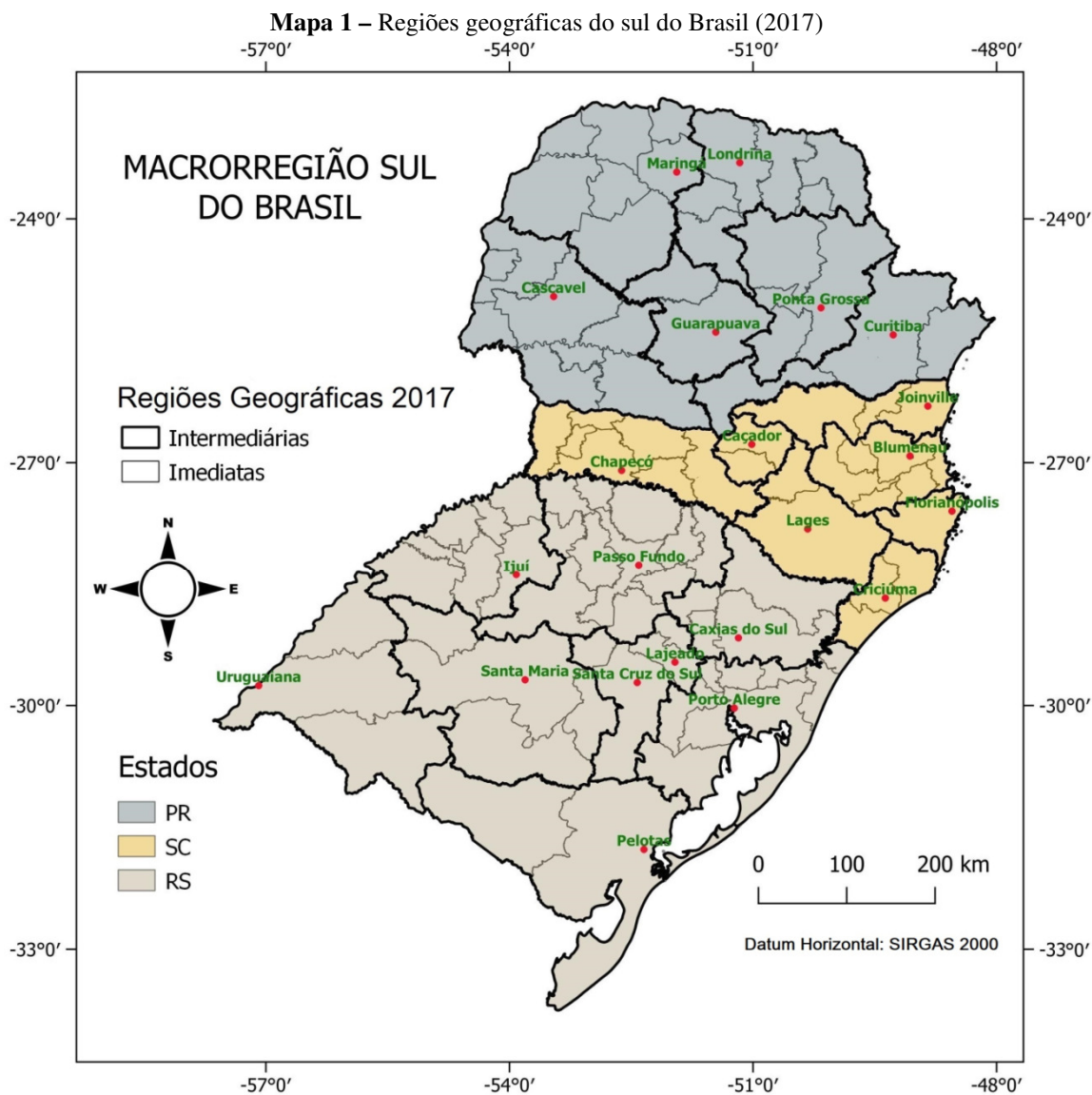
No que tange às grandes regiões do território brasileiro, elas se mantiveram em número de cinco desde quando o IBGE adotou a proposta de Delgado de Carvalho. O que mudou foi a nomenclatura e a área delimitada para cada região. A região centro passou a se chamar centro-oeste e a região este passou a se chamar leste no momento em que a porção de terras localizada, aproximadamente, onde hoje está o estado de Minas Gerais foi retirada do centro e colocada no este; posteriormente, a região leste passa a ser chamada de sudeste ao incorporar uma porção de terras ao sul, aproximadamente, onde estão os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e perder terras ao norte, localizadas, em sua maioria, no atual estado da Bahia. (IBGE, 2000a).

As regiões norte, nordeste e sul mantiveram os respectivos nomes, embora suas configurações territoriais tenham mudado: a região norte perdeu terras localizadas a leste, aproximadamente onde estão os estados do Maranhão e do Piauí, ganhou uma porção do estado do Mato Grosso e, mais recentemente, do estado de Goiás, terras que deram origem, respectivamente, aos estados de Rondônia e do Tocantins; conseqüentemente, com as mudanças ocorridas desde o início da década de 1940, a região nordeste cresceu ao incorporar terras das regiões norte e leste e a região sul diminuiu ao perder terras da porção norte-nordeste. (IBGE, 2000a).

Dentro da Região (ou Macrorregião) Sul do Brasil, a regionalização de 2017 definiu 21 regiões geográficas intermediárias, onde as cidades-polo destas regiões também são, em sua maioria, as cidades de maior hierarquia urbana apresentadas na REGIC 2018⁸. As regiões geográficas intermediárias da Região Sul ou Macrorregião Sul do Brasil, com suas respectivas cidades-polo, estão representadas no Mapa 1.

⁷ Texto com a correção de 2018.

⁸ Entende-se que houve uma aproximação entre o primeiro modelo de regionalização, iniciado na década de 1940, e o segundo modelo, que dá maior ênfase ao fenômeno urbano e foi iniciado na década de 1970.



A HIERARQUIA DAS CIDADES E A REGIÃO SUL DO BRASIL

No final da década de 1960, os técnicos do IBGE percebem que uma única divisão regional do país não seria suficiente para dar conta do estudo da produção e oferecer subsídios para o gerenciamento do território nacional. Assim são elaborados dois modelos de regionalização: um baseado na produção (regiões homogêneas) e outro baseado nas relações e influências dos espaços urbanos (regiões funcionais), sendo o primeiro para fins estatísticos e o segundo para fins administrativos. (MAGNAGO, 1995).

Para Geiger (1967), ao observar o território brasileiro era possível identificar regiões menos desenvolvidas onde se percebia certa homogeneidade nas relações e na produção e, também, regiões polarizadas por terem atingido um maior grau de desenvolvimento. Segundo ele:

Nos territórios menos desenvolvidos os fenômenos de polarização são menos importantes e as regiões se caracterizam por certa homogeneidade, em grande extensão, decorrente da ênfase da vida regional em torno da produção. [...]. Nos territórios mais desenvolvidos são os fenômenos de polarização que presidem fundamentalmente a organização regional; as regiões se caracterizam pela variedade de espaços diferenciados internos, decorrente das especializações de funções que lhes são reservadas. (GEIGER, 1967, p. 62).

Geiger publicou um artigo em 1967 e outro em 1969⁹, discutindo a regionalização do país e defendendo sua proposta. Assim, no ano de 1972 o IBGE publica a “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas”. De acordo com o texto publicado, as regiões funcionais urbanas definem:

[...] um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que pode servir de modelo tanto para uma política regionalizada do desenvolvimento, como para orientar a racionalização no suprimento de serviços de infraestrutura urbana através da distribuição espacial mais adequada.

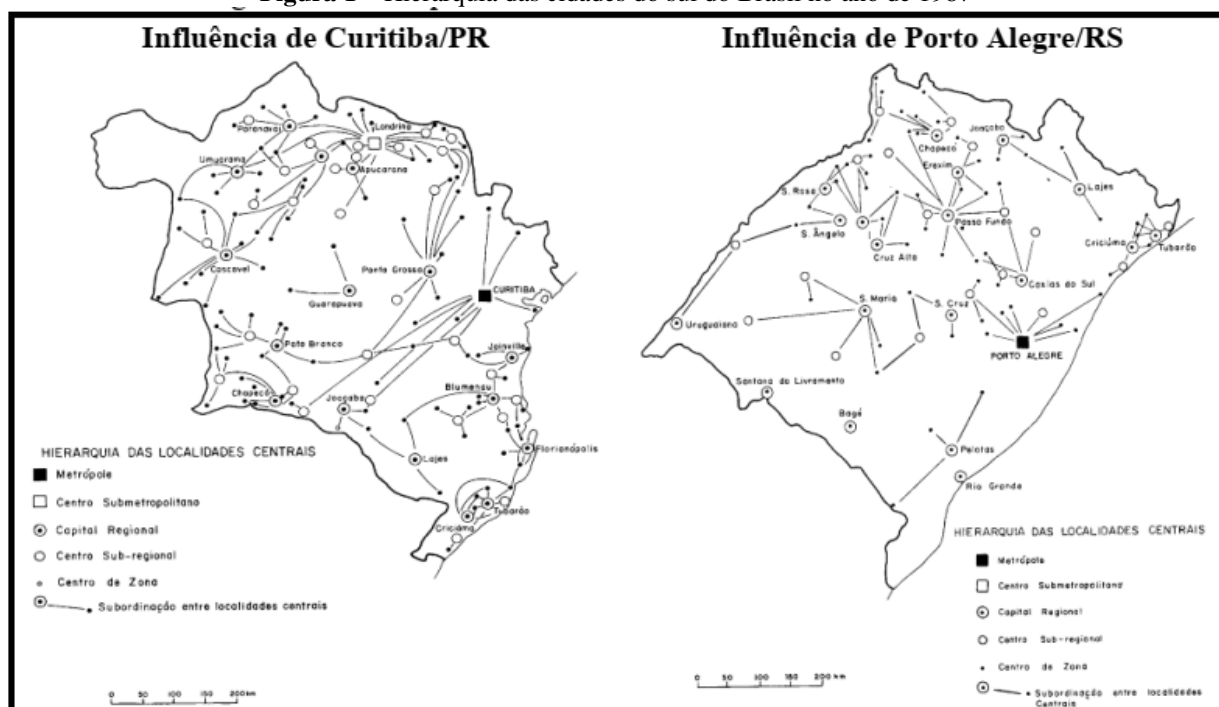
No campo administrativo pode servir de modelo para aperfeiçoar a máquina administrativa, eliminando a excessiva centralização executiva e introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal. (IBGE, 1972, p. 9).

A regionalização de 1972 elencou 718 centros urbanos divididos em quatro níveis hierárquicos, sendo, dez centros metropolitanos, 66 centros regionais, 172 centros sub-regionais e 470 centros locais. Os níveis 2, 3 e 4 foram subdivididos em 2a e 2b, 3a e 3b, 4a e 4b. Na Região Sul do Brasil foram definidos dois centros metropolitanos (Curitiba/PR e Porto Alegre/RS), seis centros regionais 2a e 13 centros regionais 2b. (IBGE, 1972).

No ano de 1987 os centros urbanos foram divididos em cinco níveis: metrópole regional, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional e centro local. Na região sul, nos três primeiros níveis, são definidas duas metrópoles regionais (Curitiba e Porto Alegre), um centro submetropolitano (Londrina) e 29 capitais regionais. (IBGE, 1987). A Figura 1 traz a hierarquia definida a partir das cidades de Curitiba/PR e Porto Alegre/RS.

⁹ Os artigos foram publicados na Revista Brasileira de Geografia.

Figura 1 – Hierarquia das cidades do sul do Brasil no ano de 1987



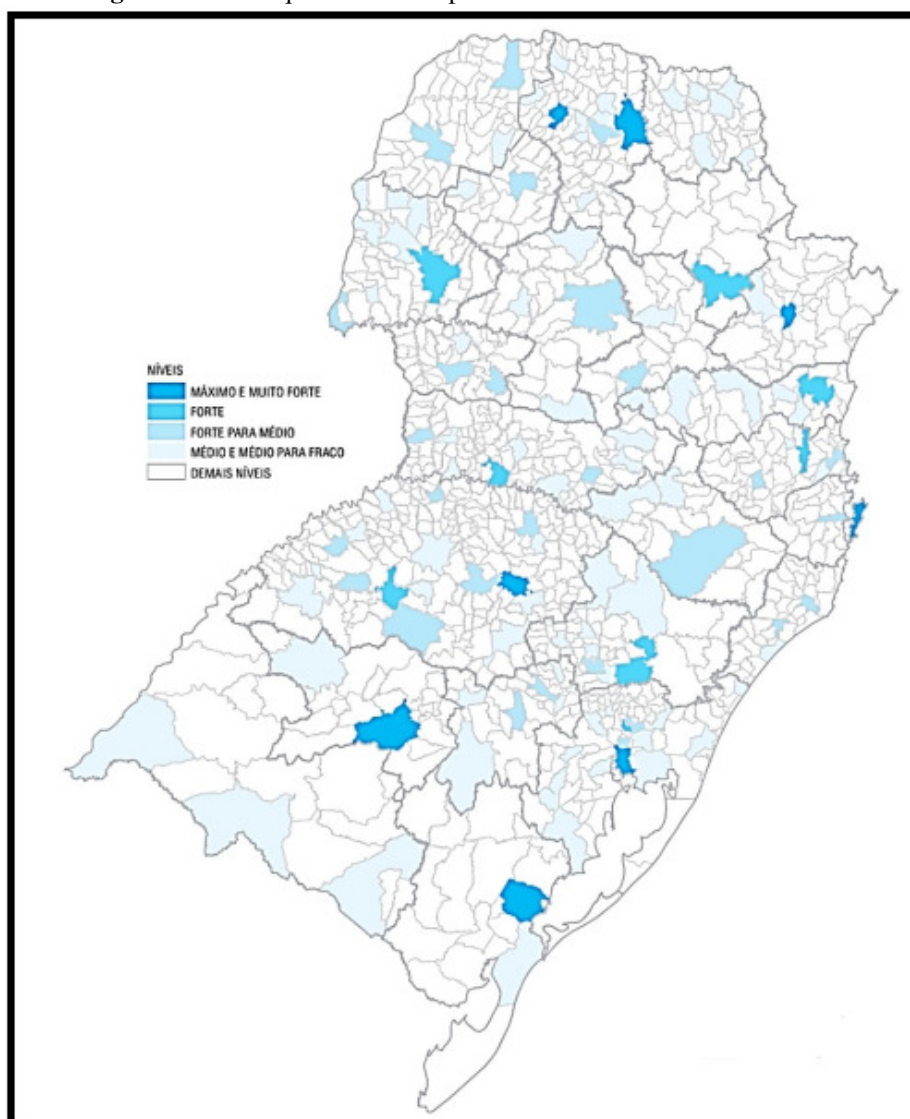
Fonte: IBGE (1987).

Em 1993, o estudo do IBGE (2000b) apresenta oito níveis de hierarquia: máximo, muito forte, forte, forte p/ médio, médio, médio p/ fraco, fraco, muito fraco; sendo o número de municípios brasileiros para os respectivos níveis igual a 9, 24, 35, 108, 141, 195, 250, 3733.

Para a Região Sul, nos três níveis mais elevados aparecem: Curitiba e Porto Alegre; Londrina, Maringá, Florianópolis, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria; Cascavel, Ponta Grossa, Blumenau, Chapecó, Joinville, Caxias do Sul, São Leopoldo e Ijuí. São, portanto, dois centros urbanos de nível máximo, seis de nível muito forte e oito de nível hierárquico forte.

De acordo com Moura e Werneck (2001), os 16 principais centros urbanos estão distribuídos pelo território da Região Sul de forma equilibrada, o que faz com que a população sulina não esteja fortemente concentrada nas capitais, sendo essa uma característica que diferencia a região do resto do país. Os municípios onde se localizam os principais centros urbanos do sul do Brasil estão representados na Figura 2.

Figura 2 – Hierarquia dos municípios do sul do Brasil no ano de 1993



Fonte: Adaptado de Moura e Werneck (2001).

Os dois estudos mais recentes sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) são de 2007 e de 2018. Tais levantamentos seguem o mesmo padrão em relação aos níveis hierárquicos, sendo que na comparação entre as duas publicações se observam um aumento do número de centros urbanos de nível hierárquico mais elevado (metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais) e uma diminuição no número de centros de zona e de centros locais (Quadro 3).

Quadro 3 – Comparativo entre REGIC 2007 e REGIC 2018

Hierarquia Urbana (nível)	Característica definidora (REGIC 2018)	Subdivisão	2007	2018	Diferença (2018-2007)
Metrópole (1)	Exerce influência direta em todas as cidades brasileiras.	Grande metrópole nacional (1A)	1	1	0
		Metrópole nacional (1B)	2	2	0
		Metrópole (1C)	9	12	+3
Capital Regional (2)	Centro urbano caracterizado por concentrar atividades de gestão.	Capital regional A (2A)	11	9	-2
		Capital regional B (2B)	20	24	+4
		Capital regional C (2C)	39	64	+25
Centro Sub-Regional (3)	Concentra atividades de gestão de menor complexidade em relação às capitais regionais.	Centro sub-regional A (3A)	85	96	+11
		Centro sub-regional B (3B)	79	256	+177
Centro de Zona (4)	Concentra atividades de comércio e serviços.	Centro de zona A (4A)	192	147	-45
		Centro de zona B (4B)	364	251	-113
Centro Local (5)	Nível hierárquico mais baixo.	Centro local (5)	4473	4037	-436

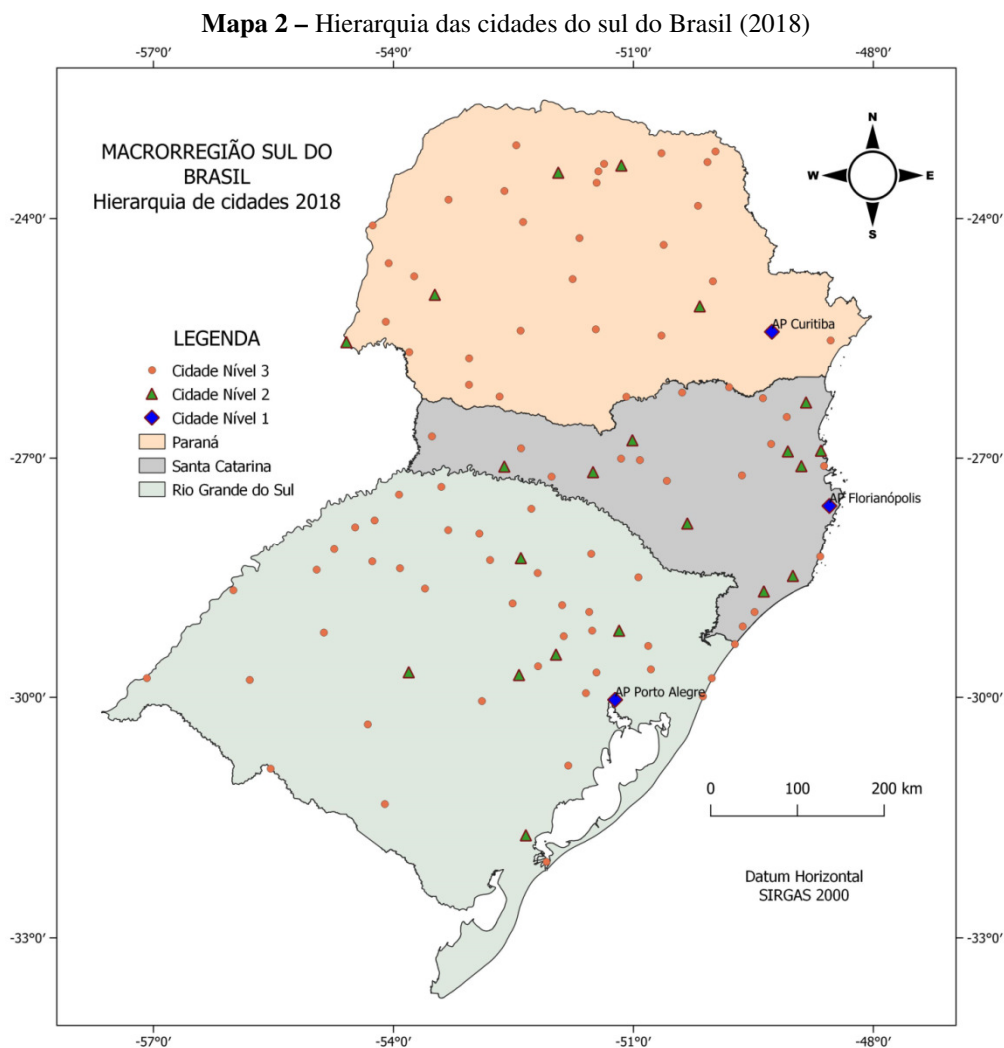
Fonte: IBGE (2008; 2020a). Elaborado pelo autor (2022).

De 2007 para 2018, o número de metrópoles aumentou de nove para 12 e o número de capitais regionais A reduziu de 11 para nove; as capitais regionais B e C aumentaram de 20 para 24 e de 39 para 64, respectivamente, e os centros sub-regionais aumentaram de 164 para 352 (quadro 3). O aumento no número de metrópoles se deu pela inclusão de três centros urbanos. Da REGIC 2007 para a REGIC 2018, as capitais dos estados do Espírito Santo e de Santa Catarina, juntamente com o centro urbano de Campinas/SP passaram da condição de capital regional A para a condição de metrópole.

No Paraná, na publicação de 1972, as cidades de Maringá e Londrina aparecem vinculadas a São Paulo, só sendo vinculadas à Curitiba na REGIC de 1987, ano em que Londrina é classificada como centro submetropolitano, ou seja, hierarquicamente superior à capital do estado de Santa Catarina. Outro aspecto marcante do estado do Paraná é o rápido crescimento das cidades localizadas na porção sudoeste, sobretudo a cidade de Cascavel. Em 1972, Cascavel e Francisco Beltrão possuíam hierarquia inferior a Pato Branco, igualando-se a este centro urbano em 1987 e em

1993, respectivamente. Depois disso, o centro urbano de Cascavel passa a ser considerado capital regional B no ano de 2007, igualando-se a Londrina e Maringá, sendo estas as três cidades de nível hierárquico mais elevado, estando abaixo apenas de Curitiba.

Na REGIC 2018, Florianópolis passou a ser considerada uma metrópole e, conseqüentemente, os principais centros urbanos de Santa Catarina, que na REGIC 2007 estavam subordinados a Curitiba e/ou Porto Alegre, passaram a ser vinculados, primeiramente, a Florianópolis. Exemplo disso são as capitais regionais B: Joinville, Blumenau e Chapecó. Além disso, pela REGIC 2018, Santa Catarina passa a ser o estado da região sul que possui o maior número de capitais regionais. (IBGE, 2008; IBGE, 2020a). A atual distribuição das cidades com nível hierárquico 1 (metrópole), 2 (capital regional) e 3 (centro sub-regional), localizadas no sul do Brasil, está representada no Mapa 2.

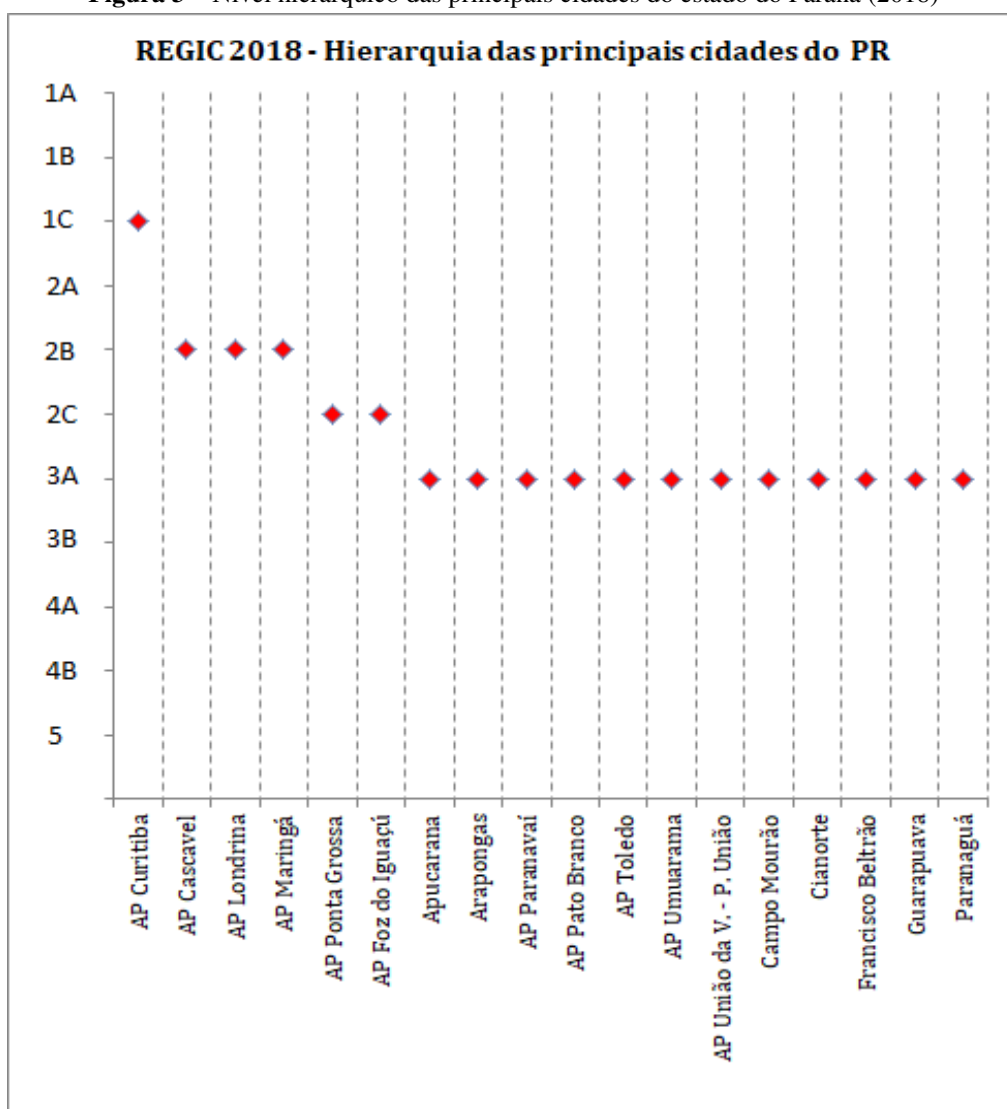


Fonte: Base vetorial IBGE (2020b). Elaborado pelo autor (2022).

Na comparação entre 2007 e 2018, o Paraná manteve as mesmas capitais regionais B, o Rio Grande do Sul perdeu uma (Santa Maria) e Santa Catarina ganhou duas (Criciúma e Itajaí-Balneário Camboriú). Santa Maria passou para capital regional C; Criciúma e Itajaí avançaram das posições de capital regional C e de centro sub-regional A, respectivamente. (IBGE, 2008; IBGE, 2020a).

No estado do Paraná, das seis cidades de hierarquia mais elevada (1C, 2B e 2C), cinco delas constituem centros urbanos polo de região geográfica intermediária. A exceção é Foz do Iguaçu. O estado possui seis regiões geográficas intermediárias onde cinco polos são as cidades de hierarquia mais elevada e um dos polos é a cidade de Guarapuava (3A). Esta constatação pode ser feita observando o Mapa 1 e a Figura 3.

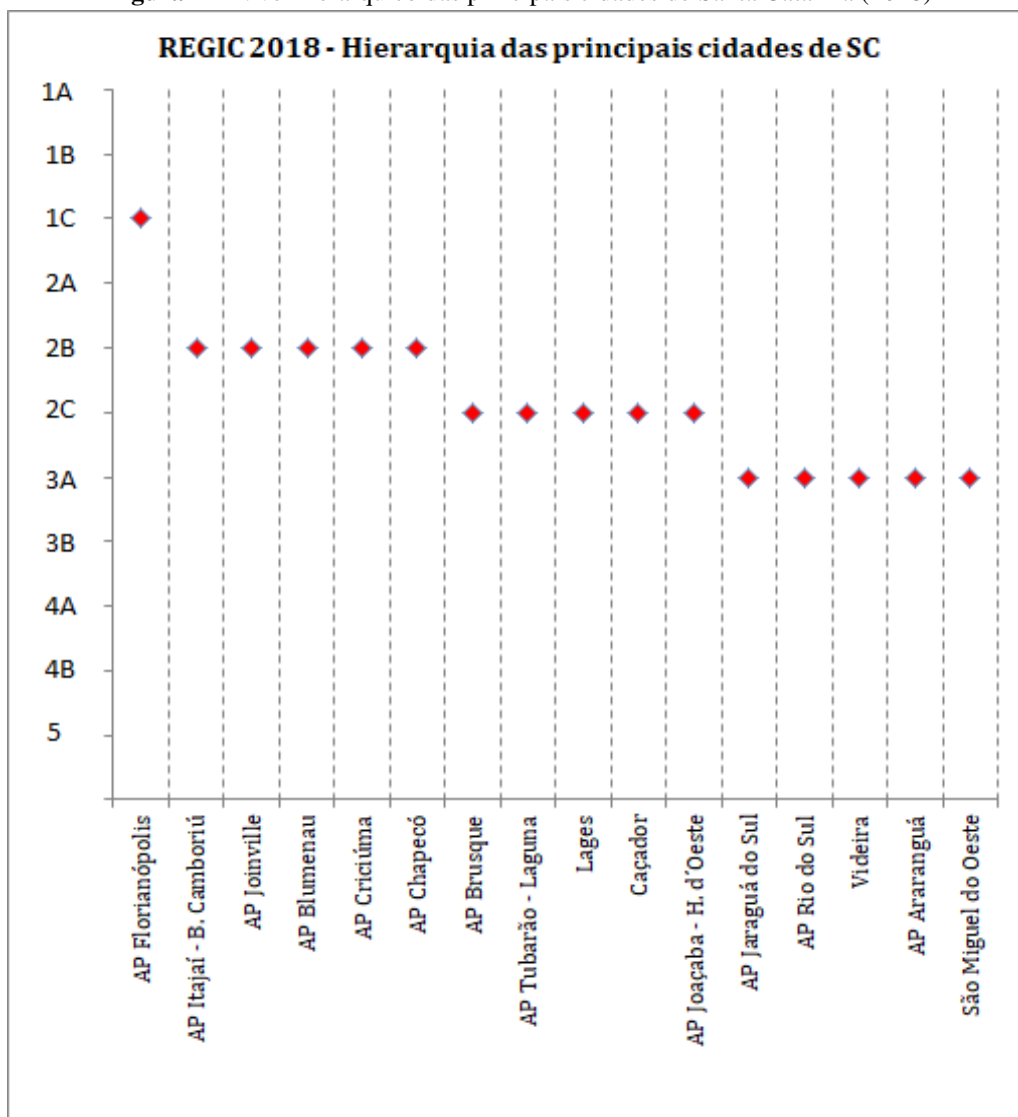
Figura 3 – Nível hierárquico das principais cidades do estado do Paraná (2018)



Fonte: Base tabular IBGE (2020b). Elaborado pelo autor (2022).

Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a situação é um pouco diferente do Paraná. Os centros urbanos de maior hierarquia não estão distribuídos geograficamente da mesma forma que no Paraná. Em Santa Catarina, um centro de nível 2B (AP Itajaí – Balneário Camboriú) e três centros de nível 2C (AP Brusque, AP Tubarão – Laguna e AP Joaçaba – Herval d’Oeste) não constituem polo de região geográfica intermediária (Mapa 1 e Figura 4).

Figura 4 – Nível hierárquico das principais cidades de Santa Catarina (2018)

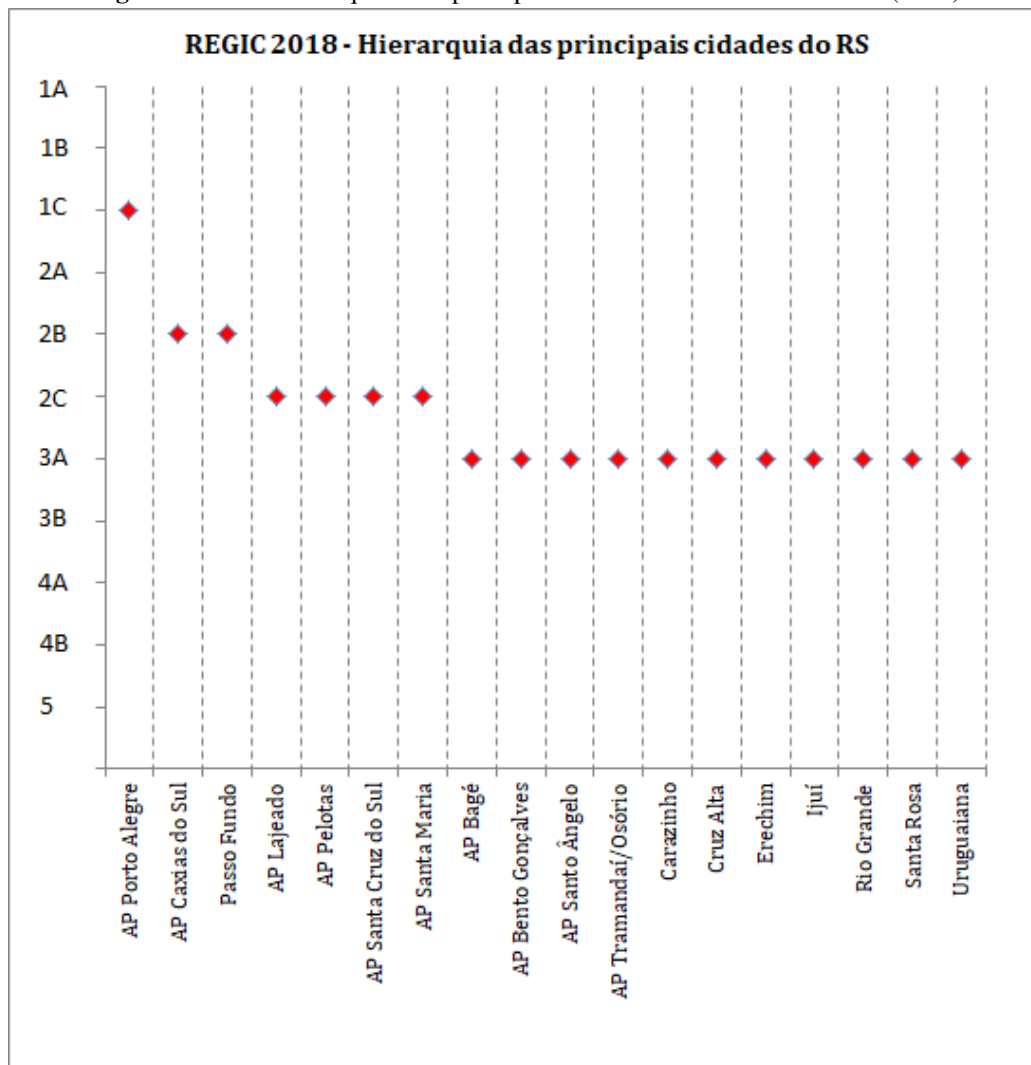


Fonte: Base tabular IBGE (2020b). Elaborado pelo autor (2022).

No caso do Rio Grande do Sul, a porção oeste do estado tem por cidades-polo de região intermediária Ijuí e Uruguaiana, ou seja, cidades de nível hierárquico 3A. Assim as oito regiões intermediárias são compostas pelos centros de nível 1C, 2B e 2C, acrescidos de dois centros urbanos 3A. Ao comparar o mapa 1 com a figura 5 também se pode perceber que Lajeado e Santa

Cruz do Sul constituem dois centros de hierarquia urbana 2C, mas estão dentro de uma única região geográfica intermediária.

Figura 5 – Nível hierárquico das principais cidades do Rio Grande do Sul (2018)



Fonte: Base tabular IBGE (2020b). Elaborado pelo autor (2022).

Na REGIC 2018, a Região Sul do Brasil não apresenta cidades classificadas como 1A, 1B e 2A. A maioria das cidades está com hierarquia abaixo do 3A e não foi representada nas figuras 3, 4 e 5 porque não era nosso objetivo. Entretanto, os níveis de hierarquia estão representados para dar uma ideia mais clara da posição em que se encontram os principais centros urbanos. Observe-se, também, que existem centros que levam a sigla AP. Esta sigla faz referência aos Arranjos Populacionais que são formados por mais de um município.

Do que foi exposto acima, percebe-se que o elemento natural vai perdendo importância, enquanto o fenômeno da urbanização vem se tornando cada vez mais determinante na regionalização do território brasileiro. Aquilo que foi apontado por Geiger (1967) quando se discutia a possibilidade de construir dois modelos de divisão regional (regiões homogêneas e regiões funcionais urbanas) tem tornado a tarefa de regionalizar cada vez mais complexa, uma vez que as possibilidades de especialização dos centros urbanos e a, conseqüente, diferenciação dos espaços se amplia.

Se por um lado as regiões imediatas e intermediárias são mais apropriadas para estudar o fenômeno urbano, por outro lado elas deixam a desejar no que tange ao estudo das áreas rurais e da produção agropecuária. Para contornar esse problema e permitir análises comparativas entre o censo agropecuário de 2017 e os censos agropecuários anteriores, em agosto de 2020 o IBGE incluiu recortes territoriais das microrregiões e das mesorregiões no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Além disso, nas bases vetoriais da malha municipal, o instituto mantém atualizações das microrregiões e das mesorregiões para que os usuários possam fazer comparações com dados do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As zonas fisiográficas, as regiões homogêneas e as regiões geográficas procuraram representar as diferentes porções do espaço geográfico nacional na medida em que a diferenciação deste espaço se dava melhor pelo elemento natural, pela atividade produtiva ou pela centralização de bens e serviços (urbanização).

A mudança de nomenclatura região homogênea para região geográfica se deu pela reorganização do território sob aspectos econômicos, sobretudo no que se refere à produção agropecuária, mas, também, sob aspectos político-administrativos, envolvendo certa descentralização de poder que deu mais autonomia para os estados a partir da Constituição Federal de 1988.

A partir da década de 1970, quando a população brasileira já é prioritariamente urbana, o IBGE apresenta um novo modelo de regionalização onde procura enfatizar as relações hierárquicas entre as cidades e a importância de cada cidade no oferecimento de bens e serviços à população. O modelo das Regiões Funcionais Urbanas, apresentado em 1972, já na década seguinte passou a ser chamado de Regiões de Influência das Cidades e teve sua última edição publicada em 2020.

Na Região Sul atual, ou seja, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, algo que chama a atenção é o crescimento das cidades da porção oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina, destacando-se os municípios de Cascavel/PR e de Chapecó/SC.

No Rio Grande do Sul, enquanto as cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo vêm se consolidando como importantes centros urbanos, as cidades de Santa Maria e Pelotas parecem estar ficando para trás e perdendo o “status” que tiveram outrora. Além disso, a porção oeste do estado, próximo da fronteira com a Argentina, não apresenta cidades de grande importância na hierarquia urbana, o que difere um pouco dos outros estados da região sul, onde aparecem Chapecó e Cascavel com nível hierárquico mais elevado que Ijuí/RS e Uruguaiana/RS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. A.; RIGOLIN, T. B. **Geografia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007. [Série Novo Ensino Médio].

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

CARVALHO, D. Uma concepção fundamental da geografia moderna: a região natural. In: **Geografia e geopolítica** – a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

GEIGER, P. P. Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas Regiões Homogêneas. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 59-64, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n2.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

GUIMARÃES, F. M. S. **Divisão Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13971.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

IBGE. **Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213891>. Acesso em 14 maio 2022.

IBGE. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213622>. Acesso em: 15 maio 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=219139>. Acesso em: 15 maio 2022.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. [Volume 1]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>. Acesso em: 30 maio 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1999.pdf. Acesso em: 13 maio 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=27199>. Acesso em: 15 maio 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso em: 15 maio 2022.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em 30 maio 2022.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=15905&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 30 maio 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 15 maio 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=28033&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 15 maio 2022.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 67-94, 1995. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n4.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a região sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 100, p. 27-57, jan/jun. 2001. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/223/184>. Acesso em: 15 maio 2022.

ROCHA, A. P. B.; OLIVEIRA, M. S. **Geografia Regional do Brasil**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011. Disponível em:
http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/GEOGRAFIA%20REGIONAL%20DO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018.

Recebido em: 01/09/2022
Aceito em: 20/10/2022